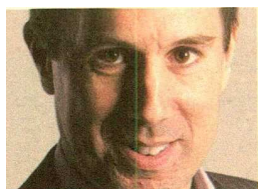




O CHUMBO TERRÍVEL



Martim
Avelaz Figueiredo

A Constituição impede o Governo de ajustar custos com pessoal no Estado, impondo assim aos contribuintes uma fatura que não querem pagar. Eis o último teste a este Governo

pronto: o Tribunal Constitucional chumbou a requalificação da Função Pública, deixando claro que o texto fundamental da lei portuguesa não permite reestruturar um organismo que custe mais do que aquilo que é possível pagar. É uma notícia terrível.

Para começar, ela torna evidente que não é possível mudar Portugal sem alterar a sua Constitui-

ção. Um texto que, em nome da segurança do emprego, impede o Estado de se ajustar às necessidades orçamentais é tão absurdo quanto alguém ter defendido que, apesar das evoluções tecnológicas, a indústria automóvel teria hoje de manter nas suas linhas de montagem os mesmos milhões de trabalhadores antes necessários para construir um Ford-T. E se é fácil perceber que isso continuaria a tornar o automóvel um objeto muito mais caro, não é menos simples entender que quem vai pagar esta lei rígida são os portugueses que pagam impostos. E é bom que todos os que se vão apressar a aplaudir esta decisão (mesmo que estejam fartos deste Governo) não esqueçam que isto significa impostos mais altos. São contas simples de somar: se esta administração pública, com o seu excesso de pessoas, não pode ser diminuída, isso significa que o trabalho de todos os outros portugueses (cuja segurança no emprego não está protegida com esta mesma ferocidade constitucional) vão continuar a

ver o seu trabalho ser consumido por um peso fiscal que já se aproxima do confisco. A Constituição tem de mudar, e este é o momento certo para o fazer.

Se o Governo for inteligente, vai dedicar as próximas semanas a mostrar a todos os portugueses o que significa esta decisão. Se não, continuará a penali-

Quem vai pagar esta lei rígida são os portugueses que pagam impostos. É bom que todos os que vão aplaudir esta decisão não esqueçam que ela significa impostos mais altos

zar os pensionistas (que a Constituição não protege com igual determinação, está visto) e os trabalhadores do sector privado — que a Constituição, pelos vistos, nem se lembra que existem.

Que justiça constitucional é essa que permite a um professor ou a um médico do sector público ganhar em média mais 15% do

que um trabalhador do sector privado (estudo de 2009 do Banco de Portugal) e, sobretudo, proteger o posto de trabalho do primeiro à custa do segundo? Que Constituição é esta que aceita despedimentos no sector privado (aceitando e bem que as empresas cortem no pessoal para se ajustarem aos ciclos económicos), mas os impede no sector público, impondo que a administração pública custe mais do que aquilo que os contribuintes estão dispostos a financiar através dos seus impostos?

Passos Coelho e Paulo Portas têm aqui um último grande teste à sua capacidade governativa: se tentarem de novo contornar esta decisão constitucional com aumentos generalizados de impostos (apenas junto de todos os que não trabalham para o Estado) o Governo cai. Pelo contrário, se usarem estas limitações constitucionais para (i) alterar a Constituição e (ii) explicar aos nossos credores que é preciso mais tempo para chegar a cortes de 4 mil milhões de euros, então talvez sobrevivam até ao final da legislatura.